



portalbenews.com.br

ESPÍRITO SANTO Parceria renova projeto de estaleiro sustentável no Porto Central ▶ **p5**

MATO GROSSO DO SUL Bracell expande operações com investimento bilionário em Água Clara ▶ **p7**

Marcio Ferreira/MT



Ajustes de contratos de concessão miram R\$ 110 bi em investimentos

Duplicações, modernizações e transparência marcam novo programa do Governo Federal para rodovias ▶ **p4**

Eduardo Oliveira/MPor



Ministro anuncia R\$ 4 bi à indústria naval e destaca geração de empregos ▶ **p3**

SANTA CATARINA Com bom outubro, Porto de Imbituba registra alta de 14,7% na movimentação ▶ **p5**

NORDESTE Sudene aprova R\$ 70 milhões para usinas eólicas no Rio Grande do Norte e na Paraíba ▶ **p6**

BAHIA Prazo para suspensão de alfandegamento nos portos do estado vence no dia 25 ▶ **p6**

EDITORIAL

Um novo rumo para as rodovias brasileiras

O lançamento do Programa de Otimização de Contratos de Concessão Rodoviária pelo Governo Federal, ocorrido nessa quinta-feira, dia 21, promete um novo impulso à infraestrutura de transportes brasileira. Ao buscar a modernização e a otimização de contratos considerados desatualizados ou com falhas, o Governo demonstra um compromisso com a melhoria da qualidade das rodovias e com o desenvolvimento do País.

A iniciativa, que prevê investimentos de R\$ 110 bilhões nos próximos anos, é uma resposta às demandas da sociedade por um sistema de transportes mais eficiente e seguro. As rodovias brasileiras são cruciais para o desenvolvimento econômico e social do País, conectando produtores rurais, indústrias e consumidores. No entanto, muitos trechos rodoviários apresentam condições precárias, o que impacta negativamente a competitividade da nação e a qualidade de vida da população.

O programa de otimização de contratos busca solucionar esses problemas por meio de uma série de medidas, como a duplicação de rodovias, a construção de novas faixas e a criação de áreas de descanso para caminhoneiros. Ao modernizar os contratos de concessão, o Governo garante que as empresas concessionárias tenham os recursos necessários para realizar os investimentos exigidos e que os usuários das rodovias sejam beneficiados com serviços de melhor qualidade.

É importante destacar que o programa não se limita a corrigir os problemas do passado, mas também visa criar um ambiente mais favorável para novos investimentos em infraestrutura. Ao estabelecer regras claras e transparentes para a renegociação dos contratos, o Governo demonstra seu compromisso com a segurança jurídica e com a atração de investimentos privados para o setor.

A participação do Tribunal de Contas da União (TCU) no processo de renegociação dos contratos é fundamental para garantir a transparência e a legalidade das operações. Ao acompanhar de perto as negociações, o TCU contribui para evitar desvios de recursos e para garantir que os interesses públicos sejam devidamente protegidos.

O programa de otimização de contratos de concessão rodoviária representa um passo importante para a modernização da infraestrutura brasileira. Ao investir em rodovias, o Governo contribui para o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida da população. É fundamental que essa iniciativa seja acompanhada de perto pela sociedade e que os resultados sejam avaliados de forma transparente.

O futuro das rodovias brasileiras está em jogo, e a decisão de investir em infraestrutura é uma decisão estratégica para o País.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

3 Programa rodoviário do Governo projeta R\$ 110 bi em investimentos privados

3 HUB

Ministro quer liberar derrocagem do Pedral do Lourenço até o final do ano

NACIONAL

3 Ministro anuncia R\$ 4 bi à indústria naval e destaca geração de empregos

REGIÃO SUDESTE

5 Parceria renova projeto de estaleiro sustentável no Porto Central

REGIÃO SUL

5 Com bom outubro, Porto de Imbituba registra alta de 14,7% na movimentação

REGIÃO NORDESTE

6 Sudene aprova R\$ 70 milhões para usinas eólicas no Rio Grande do Norte e na Paraíba

Prazo para suspensão de alfandeamento nos portos da Bahia vence no dia 25

REGIÃO CENTRO-OESTE

7 Bracell expande operações com investimento bilionário em MS



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente

Fabício Julião

Diretor-superintendente

Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira

Jacyara Lima

Diretor-geral

Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial

Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News

Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News

Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News

Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News

Mônica Mathias

Equipe de reportagem

Cássio Lyra, Júnior Batista,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp
e Vitória Malafati (estagiária)

Colunista

Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



Uma pedra no meio do caminho 1

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, acredita que consiga liberar as obras de derrocagem do Pedral do Lourenço até o final deste ano. Ele falou sobre a obra durante passagem por Belém (PA) nessa quinta-feira, dia 21. Essa formação rochosa, localizada no Rio Tocantins entre as cidades de Marabá e Tucuruí, no Pará, possui 43 quilômetros de extensão e acaba restringindo a navegação na hidrovia, limitando a profundidade nesse trecho.

Uma pedra no meio do caminho 2

Em dezembro de 2023, o Ministério de Portos e Aeroportos anunciou a liberação de R\$ 250 milhões para a derrocagem da região, mas a obra ainda não foi liberada pelo Ibama. "Há, hoje, um esforço coletivo para resolver definitivamente o Pedral do Lourenço e, a partir daí, avançar com a agenda hidroviária, em especial com a hidrovia do Tocantins", afirmou Costa Filho.

Uma pedra no meio do caminho 3

"Para vocês terem uma ideia, hoje temos um escoamento de 2 milhões de toneladas, mas podemos chegar a 20 milhões de toneladas depois dessa hidrovia feita. Isso vai mudar completamente a nossa realidade econômica na região. Estamos trabalhando muito, ao lado do Ministério Público, da bancada de deputados federais e senadores. Estamos construindo um bom diálogo com a ministra Marina Silva e com o Ibama", destacou o ministro.

Corte de gastos 1

O pacote de corte de gastos obrigatórios do Governo Federal será anunciado até a próxima terça-feira, dia 26, disse nessa quinta-feira, dia 21, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na segunda-feira pela manhã, disse o ministro, a equipe econômica repassará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a minuta dos atos, que envolvem o envio ao Congresso de pelo menos uma proposta de emenda à Constituição e de um projeto de lei complementar. Nessa reunião, de acordo com o ministro, apenas detalhes dos textos a serem enviados serão definidos.

Corte de gastos 2

"Nós vamos bater com ele (Lula) a redação de um ou outro detalhe, inclusive o acordo que foi feito com (o Ministério da Defesa), que ele soube só informalmente por mim hoje. Nós vamos bater com ele a redação e, ao fim da reunião de segunda-feira, nós estaremos prontos para divulgar. Aí faremos isso na própria segunda ou na terça. É uma decisão que a comunicação (do Governo) vai tomar, mas os atos já estão limitados", declarou Haddad.

Ministro anuncia R\$ 4 bi à indústria naval e destaca geração de empregos

Aportes serão aplicados na produção de embarcações para navegação interior; projetos devem aumentar capacidade de transporte de minérios

Eduardo Oliveira/MPor



A construção das balsas e empurradores, frisou o ministro Silvio Costa Filho, representará também um avanço na frota nacional de transporte de carga para navegação interior

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

Com investimentos superiores a R\$ 4 bilhões, a logística para o transporte hidroviário de minérios de ferro e manganês pelos rios Paraná e Paraguai será potencializada nos próximos anos. O destaque foi feito pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, após o anúncio dos recursos, na quinta-feira (21).

O montante será destinado à construção de 400 balsas e 15 empurradores, que serão produzidos e entregues ao longo dos próximos quatro anos. Essa nova frota ficará alocada em seis estaleiros estratégicos, localizados nas regiões Nordeste, Norte, Sul e Sudeste. O projeto deve aumentar o escoamento de minérios em cerca de 6 milhões de toneladas por ano.

A construção das balsas e empurradores, frisou o ministro, representará também um avanço na frota nacional de transporte de carga para navegação interior, além de fortalecer a indústria naval brasileira. "O projeto é um marco histórico para o país, uma vez que estamos assinando hoje o

maior programa da história do Brasil de navegação interior. Isso mostra que o Governo Federal tem uma agenda de desenvolvimento, que envolve as hidrovias, uma indústria limpa, fundamental para o escoamento da produção brasileira", destacou Costa Filho.

Cerca de 90% dos investimentos empregados pela LHG Logística Ltda (R\$ 3,7 bilhões) para a construção da nova frota naval e dos estaleiros foram financiados pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM) por meio de financiamento realizado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse recurso deverá impulsionar a movimentação de matérias-primas, como aço e manganês, além de fomentar a economia brasileira, gerando mais empregos e desenvolvimento nas regiões.

"O Brasil hoje tem 12 mil quilômetros de hidrovias navegáveis, com um potencial de 42 mil. Um projeto como esse, que estamos assinando hoje, significa o fortalecimento dessa agenda hidroviária, porque o presidente Lula tem compromisso com a navegação do Brasil. Em tempos de COP 30, essas hidrovias representam a retirada de mais de 70 mil toneladas de CO2, o que representa um grande avanço na

agenda de sustentabilidade brasileira. E isso dialoga com o que o mundo deseja. O mundo quer produzir, mas, acima de tudo, quer produzir de maneira sustentável", ressaltou.

Os novos empreendimentos vão ampliar o escoamento de minérios e agilizar o transporte dos materiais extraídos em Corumbá (MS) e carregados nas barcaças, que percorrerão mais de 2.500 km por hidrovias até atracar no terminal marítimo de Nova Palmira, no Uruguai, onde são embarcados para navios de longo curso. O projeto reforça a importância da hidrovia Paraguai-Paraná para a integração regional entre o Brasil e os países da América do Sul, especialmente Paraguai, Argentina e Uruguai.

Os investimentos para a ampliação do modal hidroviário, com foco no escoamento de produtos, contribuem não apenas para a geração de emprego e renda, mas também para a política de descarbonização da matriz logística brasileira. Segundo dados da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e do Instituto Energia e Meio Ambiente (Iema), o transporte de materiais pelas hidrovias representa uma redução de 95% nas emissões em relação ao modal rodoviário e de 70% em comparação ao modal ferroviário.

“O PROJETO É UM MARCO HISTÓRICO PARA O PAÍS, UMA VEZ QUE ESTAMOS ASSINANDO HOJE O MAIOR PROGRAMA DA HISTÓRIA DO BRASIL DE NAVEGAÇÃO INTERIOR”

SILVIO COSTA FILHO
ministro de Portos e Aeroportos

Agenda em Belém

Cumprindo agenda pública no Pará, durante o período da tarde, o ministro Silvio Costa Filho realizou uma vistoria no aeroporto de Belém, principal complexo da região Norte. Durante os trabalhos, Costa Filho conferiu as obras que estão sendo realizadas no local. Por lá, estão previstas melhorias na infraestrutura de processamento de bagagem e cargas, expansão da pista de pouso e decolagem e a modernização do terminal de passageiros.

NACIONAL

Programa rodoviário do Governo projeta R\$ 110 bi em investimentos privados

Expectativa é de que os ajustes nos contratos de concessão destravem obras priorizando segurança e qualidade nas rodovias

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redenenews.com.br

O Governo Federal lançou na quinta-feira (21) o Programa de Otimização de Contratos de Concessão Rodoviária. A expectativa é que a iniciativa destrave investimentos de R\$ 110 bilhões entre 2024 e 2026, envolvendo 14 contratos em 13 estados, por meio de ajustes em concessões consideradas desatualizadas ou com falhas no cumprimento de suas obrigações pela iniciativa privada.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ressaltou que o Executivo busca, por meio de concessões, garantir o aprimoramento dos serviços sem sobrecarregar as finanças públicas.

“Não queremos fazer concessão para o estado adquirir dinheiro e investir em outra obra, queremos fazer concessão para que o beneficiário seja o usuário da estrada, da ferrovia ou de qualquer outro transporte”, afirmou Lula. “Essa é a lógica: o estado tem consciência de que não pode fazer tudo, não tem dinheiro e precisa atrair da forma mais civilizada possível os recursos privados para que a obra seja realizada”, finalizou.

Segundo o Governo, a medida é uma resposta aos antigos contratos firmados que não acompanharam o crescimento das necessidades de transporte e cujas obras estão em andamento com prazos ou qualidade abaixo do esperado. A política busca modernizar e otimizar esses acordos para garantir a continuidade dos serviços e a melhoria da infraestrutura. Entre as metas estão a duplicação de 1.566



Durante o lançamento do programa de otimização de contratos, o ministro dos Transportes, Renan Filho destacou a importância das intervenções em áreas chave da infraestrutura

km de rodovias, 849 km de novas faixas e a criação de 19 Pontos de Parada e Descanso para caminhoneiros.

A estratégia, regulamentada pela Portaria nº 848/2023, estabelece que as obras podem começar em até 30 dias após a renegociação, com reajustes de pedágio apenas após a conclusão das melhorias.

O modelo dispensa novas licitações, aproveitando projetos existentes e permitindo a prorrogação dos contratos por até 15 anos, desde que os operadores atendam às condições do acordo. Caso não cumpram, as concessões serão devolvidas à União para relicitação.

O programa inclui contratos de concessão referentes a rodovias localizadas na Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal.

Das 14 concessionárias participantes, três já foram aprovadas para otimização: Eco101, MSVia e Fluminense. Além dessas, quatro empresas estão em processo de análise: Via Bahia, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Via Brasil. As demais concessionárias ainda aguardam sua vez de participar da seleção, sendo elas: Litoral Sul, Planalto

Sul, Transbrasiliana, Concebra, Ecosul, Rodovia do Aço e Concer.

O ministro dos Transportes, Renan Filho destacou a importância das intervenções em áreas chave da infraestrutura do Brasil. “A gente observa que essas rodovias estão exatamente na região economicamente mais pujante do país e elas estavam com obras paralisadas, com baixo investimento, ou seja, atrasando o desenvolvimento do país”, disse.

Renan Filho observou que as revisões dos contratos estão sob supervisão do Tribunal de Contas da União (TCU). “A solução leva em consideração o

consensualismo, o entendimento entre as companhias que estão ali com a responsabilidade e o poder público, acompanhado de perto pelo TCU”, explicou.

“A empresa, para conseguir que o TCU aprove e que o Ministério dos Transportes aceite fazer um acordo, tem que demonstrar que tem capacidade de endividamento para fazer aquele investimento. Ninguém vai levar contrato novo sem depois ter condição de fazer o investimento. É uma solução moderna que evita o litígio, que dá segurança ao parceiro privado e dá uma garantia ao poder público”, completou.

Otimização de contratos visa qualidade e solução de conflitos

A otimização dos contratos de concessão oferece benefícios como a superação dos supostos desequilíbrios que não foram reconhecidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a possibilidade de resolver questões pendentes em processos judiciais, administrativos e arbitrais, além de incluir

a definição antecipada do valor da compensação para o ativo intangível não amortizado, a fixação de uma tarifa inicial inferior à média dos estudos em andamento e a exigência de aportes financeiros e/ou investimentos iniciais pelos acionistas.

O programa foi desenvolvido pelo Ministério dos Transportes

em parceria com órgãos como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Advocacia-Geral da União (AGU).

Bruno Dantas, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) e criador da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Con-

flitos (Secex Consenso), mencionou que o objetivo é devolver níveis satisfatórios de prestação de serviço.

“O interesse público não está atendido quando a ANTT aplica uma multa, quando o Ministério dos Transportes abre um processo de caducidade. O cidadão brasileiro é atendido

quando tem um serviço de boa qualidade”, ressaltou.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o programa pode ser utilizado para todos os modais de transportes. “Esse instrumento serve para todas as concessões, de portos, aeroportos, todas podem se utilizar dessa ferramenta”, disse.

REGIÃO SUDESTE

Parceria renova projeto de estaleiro sustentável no Porto Central

Empreendimento no Espírito Santo prevê reciclagem de navios com alta tecnologia, geração de empregos e impulso à economia local

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

A Modern American Recycling Services (M.A.R.S.) e o Porto Central, terminal privado localizado no Espírito Santo, anunciaram nesta semana a renovação do memorando de entendimento, assinado inicialmente em maio deste ano. A extensão da parceria prevê avanços nos estudos de viabilidade para a implantação do estaleiro de reciclagem e descomissionamento de navios no complexo portuário.

Com a parceria, a empresa consolida sua presença no país com a criação da subsidiária M.A.R.S. do Brasil, ampliando suas operações.

A iniciativa busca unir a infraestrutura de águas profundas e capacidade de receber grandes embarcações do Porto Central com a expertise da M.A.R.S. em projetos complexos de reciclagem de navios, em



Divulgação

O estaleiro no Porto Central posiciona o empreendimento em uma localização estratégica para atender tanto as principais rotas marítimas quanto às demandas do mercado nacional

um empreendimento que visa gerar empregos, impulsionar a economia local, e promover práticas sustentáveis que contribuam para o desenvolvimento socioambiental da região.

Segundo comunicado no site da empresa, a M.A.R.S. tem como objetivo aderir aos mais altos padrões ambientais, garantindo que embarcações

sejam desmontadas de forma responsável.

A empresa diz que o investimento promete criar empregos locais e estimular o crescimento econômico da região capixaba.

“O Espírito Santo, conhecido por sua localização estratégica e infraestrutura marítima, oferece um cenário ideal

para esse empreendimento. A instalação utilizará tecnologias e processos avançados para minimizar a poluição e maximizar a recuperação de materiais, contribuindo, em última análise, para os princípios da economia circular na indústria de construção naval”, disse.

Segundo as empresas, o movimento acompanha a cres-

cente demanda global por instalações sustentáveis de reciclagem de navios, impulsionada pela expectativa de descomissionamento de embarcações e plataformas offshore nos próximos anos.

O Estaleiro Sustentável de Reciclagem de Navios no Porto Central posiciona o empreendimento em uma localização estratégica para atender tanto as principais rotas marítimas quanto às demandas do mercado nacional, consolidando o Brasil como um polo de reciclagem sustentável na América Latina.

Porto central

Localizado no município de Presidente Kennedy, no sul do estado, próximo com a divisa do Rio de Janeiro, o terminal privado multipropósito deverá ter suas operações iniciadas em 2028.

Nesta semana, executivos do terminal vão anunciar no próximo dia 2 de dezembro a data de início das obras do futuro empreendimento logístico.

REGIÃO SUL

Com bom outubro, Porto de Imbituba registra alta de 14,7% na movimentação

No acumulado de 2024, complexo em Santa Catarina movimentou mais de 7,2 milhões de toneladas

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenebnews.com.br

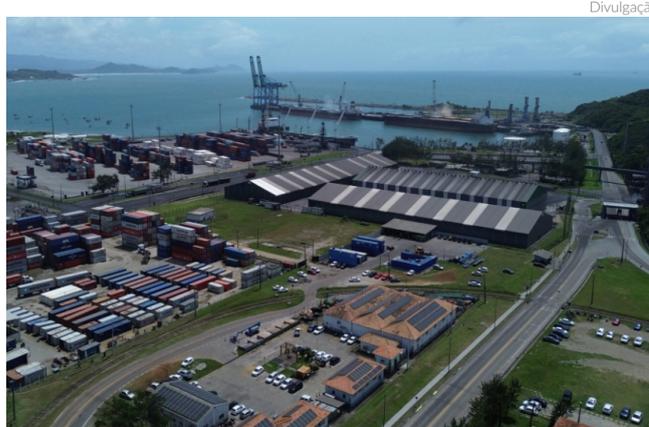
O Complexo Portuário de Imbituba, em Santa Catarina, alcançou um recorde histórico ao atingir a movimentação de mais de 7,2 milhões de toneladas de cargas no acumulado de janeiro até outubro deste ano. O número representa um crescimento de 14,7% no comparativo com o mesmo período do ano anterior.

Com o importante desempenho ao longo de 2024, o mês de outubro teve grande destaque ao registrar 729,6 mil toneladas de carga movimentada, o que representa um crescimento de 28,6% em comparação com

o mesmo mês de 2023.

Em outubro, o Porto de Imbituba recebeu 29 navios, acumulando 281 embarcações até o final de outubro, o que representa um aumento de 14,2% em relação ao ano passado. No entanto, comparado com setembro de 2024, houve uma redução de 12,2% na movimentação de cargas, principalmente em função do pico de resultados de setembro.

Entre os principais produtos movimentados, destacam-se o coque de petróleo, contêineres, sal, farelos de soja e de milho, açúcar (granel) e trigo. O açúcar, por exemplo, teve uma movimentação de 549,8 mil toneladas em apenas seis meses de operação no ano, representando 7,6% do total de cargas



Divulgação

Em outubro, o Porto de Imbituba recebeu 29 navios, acumulando 281 embarcações até o final de outubro, o que representa um aumento de 14,2% em relação ao ano passado

do complexo portuário.

As exportações de Imbituba representaram 51,7% da movimentação total de cargas, com um crescimento de 14,9% na comparação com o mesmo período de 2023. Já as importações aumentaram 20,7%.

A cabotagem representou

9,1% da movimentação do Porto de Imbituba até outubro de 2024, mas registrou uma queda de 11,4% em relação ao ano anterior.

Os granéis sólidos, como coque de petróleo, sal, farelos de soja e de milho, trigo e açúcar (granel), foram responsáveis

por mais de 5,8 milhões de toneladas de cargas no acumulado do ano, representando 80,3% de toda a movimentação portuária, com um crescimento superior a 11,5% em relação a 2023.

Segundo números do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Governo Federal), as operações de exportação e importação em Imbituba movimentaram mais de 1,92 bilhão de dólares, no acumulado até outubro de 2024, crescimento expressivo de 17,4% em relação ao igual período do ano passado.

REGIÃO NORDESTE

Sudene aprova R\$ 70 milhões para usinas eólicas no Rio Grande do Norte e na Paraíba

Recursos são para os parques eólicos Ventos de Santa Tereza 01 e Serra do Seridó II, IV, VI, VII e IX

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) autorizou o pagamento de novas parcelas de financiamento, através do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), para os parques eólicos Ventos de Santa Tereza 01 e Serra do Seridó II, IV, VI, VII e IX. No total, a Diretoria Colegiada da autarquia aprovou o desembolso de R\$ 70,8 milhões do fundo regional para estes empreendimentos que estão instalados no Rio Grande do Norte e na Paraíba.

“O FDNE é um dos principais instrumentos de financiamento para a energia renovável na nossa área de atuação, atrair investimentos para o setor. Nos últimos anos, quase que a totalidade dos recursos do fundo foi destinada ao financiamento de implantação de parques de energia solar e eólica, contribuindo para o papel de destaque que o Nordeste tem na transição energética”, afirmou o superintendente Danilo Cabral. Ele frisou que o Fundo é administrado pela Sudene e operado por instituições financeiras parceiras.

A empresa Ventos de Santa Tereza 01 investiu R\$ 249,4 milhões no parque eólico de geração de energia no município de Pedro Avelino (RN). Desse valor, R\$ 143,1 milhões



Divulgação

A Ventos de Santa Tereza 01 investiu R\$ 249,4 milhões no parque eólico de Pedro Avelino. Já os parques Serra do Seridó, em Junco do Seridó, têm aporte de R\$ 832,5 milhões

foram financiados pelo FDNE, com projeto aprovado em 2022, dos quais já haviam sido liberados R\$ 67,7 milhões. A última aprovação foi referente à segunda parcela do financiamento. O projeto tem potência instalada de 41,3 MW de energia e vai gerar 90 empregos diretos e indiretos quando estiver em operação plena.

Os cinco parques eólicos Serra do Seridó, localizados no município de Junco do Seridó (PB), somam um investimento total de R\$ 832,5 milhões, dos quais R\$ 239 milhões são do FDNE. Os valores liberados na última reunião da Diretoria Colegiada correspondem à quarta

parcela do financiamento – no total, serão R\$ 15,7 milhões. Essas unidades são da multinacional EDF Renewables e fazem parte do Complexo do Seridó, composto por 12 parques eólicos, que entraram em operação em julho do ano passado e têm capacidade total instalada de 480 MW.

O agente operador desses financiamentos é o Banco do Brasil. A Sudene conta com quatro instituições financeiras como agentes operadores do FDNE, além do BB. São elas: Caixa Econômica Federal, Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Evolução, Banco do Nordeste (BNB)

e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

O superintendente da Sudene, Danilo Cabral, destaca a importância do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste para a região e reforça que a contratação de novos agentes operadores “fortalece a política de democratização de acesso ao crédito e contribui para uma maior interação com o setor produtivo, uma vez que essas instituições estão mais próximas da realidade local. “Essa ação está em sintonia com a aposta da Sudene em um diálogo mais efetivo que tenha, como consequência, a atração de novos negócios e a geração

de emprego e renda”, afirmou.

Protocolo

Em fevereiro, foi assinado um protocolo de intenções para que o Banco do Estado de Sergipe (Banese) também passe a operar os recursos do FDNE. Para o diretor de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos da Sudene, Heitor Freire, esse é um caminho para “democratizar os fundos regionais, que é uma orientação do Governo Federal, contribuindo para uma maior divulgação desse importante instrumento de ação, que é o fundo, e ampliando o acesso ao crédito”.

Prazo para suspensão de alfandegamento nos portos da Bahia vence no dia 25

Codeba iniciou as negociações com a Receita Federal após ser notificada sobre a suspensão nos três complexos públicos

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenebnews.com.br

Próxima de perder o alfandegamento, a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), responsável pela gestão dos portos de Salvador, Ilhéus e Aratu, disse em nota que está “enviando todos os esforços para solucionar a questão”. O prazo dado pela Receita Federal

para solucionar entraves burocráticos de uma década, como os despachos, por exemplo, e falhas em sistemas de monitoramento, acaba na próxima segunda-feira (25).

A Codeba iniciou as negociações com a Receita Federal após ser notificada sobre a suspensão nos três Portos Federais da Bahia. Segundo o órgão, foi criada uma força-tarefa para garantir que os acordos já firmados sejam cumpridos dentro do prazo.

Em entrevista ao BE News, o diretor-presidente da Autoridade Portuária, Antônio Gobbo, disse que desde agosto deste ano está em diálogo com a Receita para buscar soluções para imbrólios que se arrastam por uma década e não foram resolvidos em sucessivas gestões, desde 2011. Entre eles estão problemas nos controles de acesso ao complexo, vigilância, monitoramento e segurança.

“Estamos empenhados em

resolver os problemas e garantir que os portos da Bahia sigam operando com segurança e eficiência”, afirmou ele no último dia 14, destacando que o trabalho está sendo realizado em conjunto com a Cesportos (Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos), a Polícia Federal e a Receita Federal.

“Retrocesso”

Segundo Gobbo, a suspensão do alfandegamento seria um

retrocesso significativo para o setor, podendo redirecionar o fluxo de cargas para outros portos e prejudicar a economia local, já que a Bahia é um dos principais centros de comércio exterior do Brasil.

A Autoridade Portuária disse ainda que, caso a suspensão ocorra, tomará todas as medidas judiciais, legais e administrativas necessárias para reverter a decisão, solicitando um prazo adicional para finalizar as melhorias.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Bracell expande operações com investimento bilionário em MS

Nova planta de celulose em Água Clara terá capacidade para 2,8 milhões de toneladas por ano

Divulgação/Bracell

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br



Planta de Lençóis Paulista (SP): a unidade de MS será instalada a 15 km do perímetro urbano e deverá gerar 10 mil empregos durante as obras e 3 mil na fase de operação

A Bracell, líder global na produção de celulose solúvel, investirá US\$ 4 bilhões (cerca de R\$ 23 bilhões) na construção de uma nova planta de celulose em Água Clara (MS), a 193 quilômetros da capital Campo Grande (MS). O anúncio foi feito no último domingo, dia 17, durante o Fórum Empresarial Brasil-Indonésia, evento paralelo à Cúpula do G20, no Rio de Janeiro.

Com capacidade para produzir 2,8 milhões de toneladas de celulose por ano, a unidade será instalada a 15 quilômetros do perímetro urbano e deverá gerar cerca de 10 mil empregos durante as obras e 3 mil na fase de operação.

O governador de Mato

Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), participou do evento ao lado do secretário estadual de Governo e Gestão Estratégica, Rodrigo Perez; e do secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Jaime Verruck. Durante uma rodada de negócios, Riedel destacou a importância do investimento e reforçou o papel do estado como polo estratégico para o setor de celu-

lose.

“A Indonésia tem aparecido no nosso estado como a Bracell, que tem investimentos importantes, naquele que vem a ser uma das grandes fronteiras de investimentos na área de celulose, já chegando a 1,6 milhão de hectares de florestas plantadas. Nossa parte é criar cada vez mais um ambiente de negócios favoráveis para que empresas destes segmentos e

outros possam investir”, afirmou o governador.

A comitiva estadual apresentou no encontro aspectos relacionados ao licenciamento ambiental, incentivos fiscais e melhorias logísticas. Entre os destaques está o leilão das rodovias que compõem a Rota da Celulose, previsto para 6 de dezembro na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, o que reforça o cenário de expansão do

setor.

Verruck confirmou que o processo de licenciamento ambiental da nova planta já está em andamento, com conclusão dos estudos prevista para fevereiro de 2025. “Ela (Bracell) tem sua base de plantio em Água Clara, que já está se expandindo para Santa Rita do Pardo e Bataguassu. Começou no estado há cinco anos, tem mais de dois mil empregos aqui e inaugurou recentemente um viveiro com mais de 250 mulheres contratadas”, destacou.

A Bracell consolida sua presença no estado, que se aproxima da marca de seis fábricas de celulose em operação, fortalecendo a posição de Mato Grosso do Sul como um dos maiores polos de produção do país.

Infraestrutura, Conectividade e Desenvolvimento Sustentável

28.11.2024

Arena B3/São Paulo

10H00 - PAINEL

Modelos de sucesso em integração e conectividade em infraestrutura - lições aprendidas e boas práticas

PRESENCAS CONFIRMADAS

MARIO GIRASOLE

Vice-Presidente Assuntos Regulatórios e Institucionais da TIM Brasil

AFRÂNIO SPOLADOR

Diretor de Tecnologia do Grupo Ecorodovias

JOÃO LUIS CASAGRANDE

Engenheiro civil e Sócio-fundador da Casagrande Engenharia & Consultoria

Evento em conjunto com

Patrocínio:



Realização:



Correalização:

